

Resistências de Gênero e Sexualidades na Psicologia: Modos de Vida Dissidentes em Formação

Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil.

Alexsandro Rodrigues¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil.

Thiago Pereira Machado¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil.

Tammy Andrade-Motta¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil.

Resumo: O artigo analisa criticamente os processos formativos em Psicologia no Brasil, considerando os 50 anos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e as tensões entre normatividade e dissidência. Com base em análise documental e nos saberes situados, discute-se como currículos e práticas formativas se entrelaçam com os modos de vida dissidentes, especialmente aqueles atravessados por marcadores de gênero e sexualidade, na perspectiva das interseccionalidades. A formação em Psicologia é pensada como território de disputa, no qual epistemologias críticas – feministas, decoloniais, anticapacitistas e antirracistas – enfrentam dispositivos de normalização historicamente arraigados em práticas patologizantes e excludentes. Corpos dissidentes, ativismos e experiências minoritárias são intercessores na tessitura de conhecimentos e práticas que desestabilizam a lógica disciplinar. O currículo é compreendido como rede de saberes em constante negociação, na qual se produzem subjetividades e formas-forças de resistência. O texto também reflete sobre as conquistas normativas do CFP no enfrentamento às violências estruturais e na defesa dos direitos humanos, reconhecendo desafios da profissão frente às disputas ideológicas e políticas que marcam a história da profissão. Ao final, defende-se uma formação ética, crítica e situada, comprometida com a transformação social e a dignidade das subjetividades historicamente silenciadas.

Palavras-chave: Psicologia, Currículo, Dissidência.

Resistances of Gender and Sexualities in Psychology: Dissident Modes of Life in Formation

Abstract: This study critically analyzes the formative processes in Psychology in Brazil, considering the 50th anniversary of the Federal Council of Psychology (CFP) and the tensions between normativity and dissidence. Based on documentary analysis and situated knowledge, it discusses how curricula and formative practices intertwine with dissident modes of life, especially those shaped by markers of gender and sexuality based on an intersectional perspective. Psychology training configures a territory of dispute in which critical — feminist, decolonial, anti-ableist, and anti-racist — epistemologies oppose normalization devices historically rooted in pathologizing and exclusionary practices. Dissident bodies, activism, and minority experiences intersect the weaving of knowledge and practices that destabilize disciplinary logic. The curriculum is understood as a network of knowledge in constant negotiation that produce subjectivities and resistant forms-of-life. This study also reflects on the CFP normative achievements in coping with structural violence, defending human rights, and acknowledging the ongoing challenges the profession face amid ideological and political disputes. This study defends an ethical, critical, and

situated formation that commits itself to social transformation and the dignity of historically silenced subjectivities.

Keywords: Psychology, Curriculum, Dissidence.

Resistências de Gênero e Sexualidades em la Psicologia: Modos de Vida Disidentes em Formação

Resumen: Este artículo analiza críticamente los procesos formativos en Psicología en Brasil, considerando los 50 años del Consejo Federal de Psicología (CFP) y las tensiones entre normatividad y disidencia. A partir de un análisis documental y de saberes situados, se discute cómo los currículos y las prácticas formativas se entrelazan con modos de vida disidentes, especialmente aquellos atravesados por marcadores de género y sexualidad, desde una perspectiva interseccional. La formación en Psicología se concibe como un territorio de disputa, en el que epistemologías críticas –feministas, decoloniales, anticapacitistas y antirracistas– enfrentan dispositivos de normalización históricamente arraigados en prácticas patologizantes y excluyentes. Los cuerpos disidentes, los activismos y las experiencias minoritarias actúan como intercesores en el tejido de saberes y prácticas que desestabilizan la lógica disciplinar. El currículo es una red de saberes en constante negociación, en la que se producen subjetividades y formas-fuerzas de resistencia. Este texto también reflexiona sobre las conquistas normativas del CFP en el enfrentamiento a las violencias estructurales y en la defensa de los derechos humanos, reconociendo los desafíos actuales de la profesión ante las disputas ideológicas y políticas que marcan su historia. Finalmente, se defiende una formación ética, crítica y situada, comprometida con la transformación social y la dignidad de las subjetividades históricamente silenciadas.

Palabras clave: Psicología, Currículo, Disidencia.

Modos de vida que se indagam em formação

A presente escrita, fundamentada em uma metodologia que combina a análise documental das publicações e normativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) com uma análise contextualizada da produção acadêmica e de práticas docentes relacionadas à formação para o exercício profissional, elabora-se a partir de indagações: como andam esses percursos formativos e como estão produzindo conhecimento? Como andam esses corpos que produzem conhecimento e se produzem como profissional-psicólogo(a) ou psicólogo(a)-docente? Que saberes importam na formação? Quem forma quem? É possível conceber uma formação inventiva como processo?

Na(s) psicologia(s), cabe uma formação que nos ajude a seguir fazendo perguntas sobre a vida, sobre a clínica, sobre os saberes da docência que nos convocam a forçar os saberes psi na formação de outros psicólogos(as) e de outras tantas áreas de conhecimento?

Em nossos processos formativos, estamos atentos às políticas curriculares que nos subjetivam como profissionais compromissados com a justiça social e cognitiva? Interessa-nos realmente uma prática psi comprometida com o pensamento crítico, com as resistências e com a interseccionalidade enquanto aposta ética, estética e política?

A resposta do CFP a essas demandas materializou-se na produção de um conjunto significativo de resoluções, pareceres técnicos e campanhas de conscientização. Tais iniciativas buscaram, em diferentes momentos e com distintos graus de abrangência, responder às reivindicações por reconhecimento, visibilidade, participação, direitos e respeito à diversidade das experiências identitárias e afetivas. Essa produção normativa e política reflete, em certa medida, o impacto das lutas sociais e a ampliação da diversidade de corpos e modos de vida na formação e na atuação em psicologia. Isso se produz não apenas pelas vias hegemônicas conhecidas, mas por desvios e pontes

com outras vias, mais atentas às múltiplas formas de opressão e marginalização.

Compreende-se que os diversos ativismos que emergiram e se fortaleceram ao longo dos últimos 50 anos nessa história dos Conselhos de Psicologia foram agentes catalisadores na desestabilização de paradigmas patologizantes, que historicamente marcaram a atuação da psicologia brasileira em relação às questões de gênero e sexualidade. No entanto, apesar dos avanços nas orientações éticas para o exercício profissional, a integração de epistemologias antirracistas, decoloniais e anticapacitistas nos currículos e nas práticas formativas da psicologia – seja na graduação, pós-graduação ou formação continuada – ainda é um horizonte a ser alcançado. Corpos dissidentes não podem abrir mão da inserção dessas epistemologias nos processos formativos, sob o risco de comprometer sua capacidade de resistência, pois os saberes perpassam o corpo e toda forma de poder o tem como alvo.

Essa integração é o que sustenta práticas que reconheçam e valorizem a diversidade de corpos, afetos e modos de vida. A ausência dessas perspectivas teóricas e políticas na formação pode perpetuar discursos e práticas que reforçam a normalidade como dispositivo de exclusão, marginalizando as dissidências. Isso ocorre por meio de modos normalizadores de vida, que, no entanto, são sempre produtores de diferença. Nesse sentido, a perspectiva das interseccionalidades se alinha aos modos de vida em formação, que afirmamos como presenças resistentes de corpos em dissidência em relação aos currículos e às práticas produzidas pela normalização.

Patricia Hill Collins (2022, p. 47) nos afirma que a interseccionalidade, compreendida como metáfora, “englobou a convergência de vários projetos de justiça social e práticas críticas de longa data na academia”. Assim, com a autora, seguimos dizendo que:

A metáfora da interseccionalidade emergiu no contexto da resolução de problemas sociais causados por sistemas de poder múltiplos e aparentemente distintos. . . . Usar a interseccionalidade como metáfora propiciou um arcabouço útil, ainda limitado, para construir o significado do mundo social. Nesse sentido, a interseccionalidade como metáfora foi um convite a uma série de atores sociais que estavam pensando sobre coisas semelhantes em diferentes cenários sociais e de diversas posições estratégicas (Collins, 2022, p. 47).

Nesse sentido, a metáfora da interseccionalidade muito nos ajuda a seguir fazendo perguntas sobre os sistemas de poder que nos oprimem e que buscam nos enfraquecer e entristecer. Nessa direção, a desnaturalização de categorias identitárias estanques e a crítica à medicalização de experiências que escapam à norma são legados importantes dessas mobilizações sociais, que encontraram eco, ainda que nem sempre de forma linear e completa, já que estão sempre em disputa, nas diretrizes e posicionamentos do CFP.

Nos últimos anos, essas tensões em torno da formação em Psicologia no Brasil se adensaram, atravessadas por disputas ético-políticas que colocam em cena os modos como gênero e sexualidade (não) aparecem nos currículos, nos discursos institucionais e nas práticas pedagógicas. Importa destacar que o Censo da Psicologia (CFP, 2022) indica que aproximadamente 70% das psicólogas e psicólogos em exercício foram formados em instituições de ensino superior privadas. Tal dado não é um detalhe sociológico, mas atravessa estruturalmente o campo da formação profissional e ajuda a compreender as persistências e apagamentos que marcam o ensino sobre gênero e sexualidade.

Interessa-nos aqui tensionar os modos como essa privatização massiva da formação contribui para a manutenção de epistemologias conservadoras, pois representam interesses societários hegemônicos, ao mesmo tempo em que se fortalecem por um contexto de rarefação de práticas pedagógicas comprometidas com perspectivas críticas e dissidentes a essa ordem disciplinar, tornando-se um elemento central na reprodução de um saber psicológico que ainda opera por lógicas de normalização, silenciamento e invisibilização da diferença.

Sabemos que a constituição histórica do ensino superior privado no Brasil se enlaça com um projeto neoliberal de educação, onde o conhecimento é tratado como mercadoria e o aluno como consumidor (Dardot & Laval, 2016). Muitas instituições privadas, marcadamente orientadas pela lógica do lucro, tendem a privilegiar a oferta de um currículo que assegure empregabilidade e adaptação mercadológica em detrimento de uma formação que problematize as estruturas sociais e as relações de poder que atravessam a constituição dos sujeitos. Essa moldura político-econômica da formação não é neutra, tampouco acidental. Ao contrário, opera como dispositivo que seleciona quais saberes devem circular e quais devem ser marginalizados ou apagados e, nesse jogo, os estudos críticos

de gênero e sexualidade permanecem na condição de presença rara, frágil, muitas vezes reduzida a conteúdos optativos, se não inteiramente ausentes.

Nesse contexto, a formação em Psicologia, sendo predominantemente oferecida por instituições privadas, frequentemente promove uma noção de sujeito universal, abstrata e asséptica, desvinculada das complexas intersecções de raça, gênero e sexualidade. Consequentemente, as práticas de cuidado associadas a essa perspectiva tendem a desconsiderar as violências estruturais que atravessam corpos e vidas concretas (Colling, 2015). Apesar dos avanços nas políticas públicas e marcos regulatórios, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que enfatizam a importância do compromisso ético-político com os direitos humanos e a diversidade (*Resolução CNE/CES n. 1, 2023*), essas diretrizes muitas vezes esbarram na precariedade das condições de ensino e com a postura ideológica de instituições que persistem em um conservadorismo epistemológico e moral, como se fossem neutros.

É nesse campo tensionado que a questão curricular adquire contornos políticos decisivos. Os cursos privados tendem a oferecer uma formação apressada, centrada em protocolos e técnicas, com escassa formação teórica e crítica. Há uma forte tendência a priorizar modelos de atendimento psicológico que enfatizam a adaptação do indivíduo às normas sociais em detrimento de práticas que problematizem os processos de sujeição e as violências simbólicas que operam na constituição das identidades de gênero e sexualidade (Foucault, 2014). Em muitos casos, o que se verifica é a reprodução de um currículo que pouco ou nada mobiliza perspectivas feministas, *queer* ou decoloniais, consolidando um campo de saber ainda majoritariamente cisheteronormativo branco.

No entanto, uma análise crítica do processo de elaboração e aprovação das DCN evidencia a ausência histórica de disciplinas que abordem, de maneira aprofundada, questões de gênero, sexualidade e raça. Essa lacuna começou a ser parcialmente tensionada apenas na última década, por meio da presença de sujeitos e coletivos que ousaram interrogar as políticas e práticas de formação ancoradas em lógicas binárias, modernas e colonizadoras, que historicamente inventaram a escola e a universidade. Ainda que algumas experiências institucionais tenham buscado incorporar conteúdos sobre teorias *queer* e transfeministas, essas iniciativas seguem sendo exceções frente

à hegemonia das abordagens cisgêneras e binárias predominantes na maioria dos cursos de Psicologia no país.

Outro desafio persistente diz respeito à marginalização dos saberes produzidos por pessoas trans e travestis no campo da psicologia, o que contribui para a invisibilização e a deslegitimação de experiências e conhecimentos que poderiam enriquecer de modo significativo a teoria e a prática profissional. É nesse horizonte que fundamentamos nossas pesquisas e atuação nos processos formativos, com foco nas práticas curriculares e na produção discursiva em Psicologia relacionadas aos estudos e ao ensino em questões de gênero e sexualidades. Desse modo, situamos as dissidências sexuais e de gênero como chaves de leitura crítica na problematização das disposições normalizadoras e patologizantes que ainda operam nesse campo de saber-poder.

Corpos em dissidência e resistências curriculares

A análise até aqui considerou como a estrutura dos currículos, marcada por dispositivos normativos e pela lógica da privatização do ensino, tem silenciado vozes dissidentes e marginalizado epistemologias críticas. Diante desse cenário, voltamos para as formas de resistência que emergem justamente nas frestas desse silenciamento. São movimentos que, mesmo diante das barreiras institucionais, reinventam os modos de produzir e circular saberes, desestabilizando as fronteiras disciplinares e tensionando o campo da formação em Psicologia.

O silenciamento curricular sobre gênero e sexualidade não é neutro: produz efeitos concretos na clínica, no território e nas redes de cuidado. Como afirma Guacira Lopes Louro (2014), a escola – e, por extensão, o currículo universitário – não é apenas um espaço de transmissão de saberes, mas um dispositivo de produção de normas e de corpos, porque o que não se ensina também educa. Se por um lado o cenário institucional é adverso, pois tende à reprodução da norma, por outro, não faltam movimentos de resistência e invenção que tensionem essas estruturas. Estudantes, coletivos autônomos e redes de ativismo têm criado brechas por onde epistemologias dissidentes possam circular. Trata-se, como sugere Michel de Certeau (1998), de uma “atividade de formigas”: práticas menores, subterrâneas, que corroem lentamente as margens dos currículos e dos saberes autorizados.

A circulação de saberes *queer*, transfeministas, interseccionais e decoloniais muitas vezes se faz fora das grades curriculares oficiais, ganhando corpo em grupos de estudo, projetos de extensão, rodas de conversa, redes sociais e mobilizações estudantis. É nesse território menor, tático e coletivo, que se gestam resistências capazes de desafiar as lógicas privatizantes e normativas que estruturam o ensino superior. Diante de tal cenário, uma formação ética em Psicologia exige mais do que a inclusão formal de conteúdos sobre gênero e sexualidade. Requer uma reformulação radical dos currículos, das práticas pedagógicas e dos dispositivos institucionais que sustentam a ficção da neutralidade epistêmica. Exige, sobretudo, o enfrentamento crítico das políticas de privatização que reduzem o ensino a mercadoria, esvaziando o papel da universidade como espaço público de formação cidadã e de produção de conhecimento comprometido com as lutas sociais. Os efeitos dessas políticas neoliberais no campo da educação não se limitam às instituições privadas. Incidem também, de forma severa, sobre a precarização do ensino público.

Nesse movimento, embora a regulamentação da formação em Psicologia não seja uma atribuição direta do Sistema Conselhos, seu papel normativo e ético sobre o exercício profissional pode contribuir significativamente para tensionar e deslocar lógicas formativas conservadoras. Ao posicionar-se como referência de uma Psicologia comprometida com a ética da transformação social, o Conselho contrapõe-se à hegemonia das desigualdades estruturais perpetuadas por modelos curriculares mercadológicos. Por meio da produção de resoluções, pareceres, campanhas públicas e referenciais técnicos alinhados aos direitos humanos e à defesa da vida das pessoas LGBTQIAPN+, o CFP pode estabelecer parâmetros éticos que impulsionem mudanças tanto na formação quanto na prática profissional. Assim, mesmo em contextos educacionais marcados por precariedade e conservadorismo, é possível afirmar práticas orientadas por uma ética de reconhecimento, justiça e respeito à diversidade de gênero e sexualidade.

Como argumenta Jacques Rancière (2023), todo processo de emancipação intelectual exige o reconhecimento da igualdade das inteligências, o que pressupõe uma reconfiguração do próprio campo do ensino. Trata-se de afirmar uma universidade que não apenas tolere, mas que se constitua como espaço de escuta e produção de saberes múltiplos, insurgentes,

que possam desestabilizar o cânone cisheteronormativo e eurocentrado da Psicologia, pois este reproduz exclusões. Ainda assim, é preciso reconhecer que tais práticas, por mais potentes que sejam, operam em constante tensão com um modelo educacional orientado pela privatização e mercadorização do ensino, que é partícipe da hegemonia que padroniza modos de vida. Mas como essas tensões se expressam nos desenhos e percursos da formação?

Currículo como território de disputa e reinvenção

As tensões discutidas até aqui evidenciam que as disputas em torno da formação em Psicologia não se limitam ao plano das diretrizes curriculares ou da organização institucional dos cursos. Elas atravessam os modos de ensinar, de aprender e de habitar os espaços formativos, expressando-se cotidianamente nas práticas formativas, nas relações entre docentes e discentes e nas escolhas que orientam o que se pode, ou não, saber e dizer. A pergunta que se coloca – *como essas tensões se expressam nos desenhos e percursos da formação?* – nos convida a pensar como epistemologias dissidentes e práticas de resistência têm sido incorporadas, disputadas ou silenciadas nesses contextos. Para avançar nessa análise, é preciso reconhecer que teorizar a resistência não é apenas um exercício conceitual, mas uma necessidade vital dos grupos historicamente oprimidos em seus projetos de produção de conhecimento.

Teorizar a resistência tem sido essencial para os projetos de conhecimento dos povos oprimidos. Esses projetos visam abordar as preocupações profundas de pessoas que estão subordinadas a expressões domésticas e globais de racismo, sexismo, capitalismo, colonialismo e sistemas semelhantes de dominação política e exploração econômica. Apesar das diferenças de forma, estratégia, duração ou visibilidade, esses projetos de conhecimento resistente, lutam com a questão existencial de como os indivíduos e grupos subordinados a vários sistemas de poder podem sobreviver e resistir à opressão. Qualquer que seja a forma de opressão que vivenciem – raça, classe, gênero, sexualidade, idade, capacidade, etnia e nação. Grupos subordinados têm um interesse de resistir a ela (Collins, 2022, p. 128).

Os debates contemporâneos no campo da Psicologia se entrelaçam com as questões sociais, porque não é possível engajar-se com a superação dos seus problemas estruturais sem estarmos atentos ao que nos convoca a seguir afirmando a vida e a diversidade dos corpos que a compõem. Isso demanda ir além das discussões acadêmicas sobre resistência, interseccionalidade, dissidências de gênero e diversidade sexual e outros marcadores da diferença. Esses debates, feitos de modos de existir, convocam uma revisão das práticas profissionais e uma reorientação dos currículos de formação em Psicologia que produzam efeitos sobre a vida das pessoas, ampliando sua condição de possibilidade.

Por aqui, interessados aos processos formativos e às tramas curriculares que nos subjetivam profissionais coerentes com práticas críticas, acompanhamos Eduardo Simonini, Andréa da Conceição Cândido Rosado e Auxiliadora Aparecida de Matos (2021) quando esses, enredados pelas forças-máquinas dos currículos e dos modos de nos darmos a ler sobre o que temos feito de nós, propõem uma perspectiva para se pensar currículos com os quais buscamos nos filiar.

É nesse sentido que o estudo sobre currículos envolve, antes de qualquer coisa, uma política de realidade, em que determinados conteúdos são significados como importantes e outros são colocados em segundo plano, ou ignorados, ou desqualificados, ou produzidos como inexistentes. Portanto, as construções curriculares só existem enoveladas em vetores de subjetivação, sendo tais currículos tentativas de estabilizar territórios existenciais a ritmar coordenadas de realidade a uma coletividade. Desta maneira, mais potente do que ambicionar a absolutização da verdade de um currículo, é seguir a genealogia dessa verdade, mapeando as tramas e redes que tecem um currículo e, conseqüentemente, os valores da sociedade que o legitima. Assim, seguir um currículo é também seguir um roteiro de realidade; uma forma de viver; uma maneira de pensar; uma produção (sempre coletiva) de subjetividade. E todo currículo, enquanto roteiro de um território existencial, é uma intervenção num modo de existir: propõe a produção de uma história, de uma geografia, de uma ética, de um corpo, de uma língua, de uma temporalidade (Simonini et al., 2021, p. 103).

Orientados pelos princípios e forças do pensamento resistente da teoria crítica e dos modos de afirmar a formação nas tramas curriculares, tecidas com as dimensões éticas, estéticas e políticas de nosso tempo, este artigo busca acompanhar as fissuras e vazios que atravessam a formação em Psicologia, relacionando-as à trajetória histórica da profissão no Brasil com base nos 50 anos de atuação do CFP. Sobre os currículos e os nossos modos de compreender seus sentidos, seguiremos em conversação, tomando Michel de Certeau (1998) e Carlos Eduardo Ferraço e Janete Magalhães Carvalho (2012) como fios necessários para os percursos em rede com o campo do currículo, considerando, portanto, as dinâmicas curriculares não somente nas suas estruturas oficiais, mas nas forças e formas das que se fazem nos seus cotidianos, nas redes e nos encontros que configuram os territórios formativos.

A quem nos lê, informamos que nossas análises partem de saberes situados, ancorados em nossas experiências na Universidade Federal do Espírito Santo, onde desenvolvemos pesquisas e atuação nos processos formativos voltados às práticas curriculares e à produção de discursos em Psicologia relacionados aos estudos e ao ensino em gênero e sexualidades. Nesse contexto, situamos as dissidências sexuais e de gênero como chave analítica para problematizar as disposições normalizadoras e patologizantes que operam no campo psi.

O termo “dissidências” refere-se a grupos e ações não normatizados, portanto autogestionados ou independentes, que criticam os objetivos assimilacionistas do movimento LGBTQIAPN+ por considerarem que esses reforçam as normatizações heterossexistas. As dissidências englobam expressões de gênero e sexualidade consideradas abjetas, marginais ou não convencionais frente ao modelo da heteronormatividade, entendido como um “regime político compulsório” (Colling, 2015, p. 244) que normatiza as expressões de gênero e as sexualidades.

A análise institucional, que também serve de referencial para este artigo, dirige-se aos efeitos das instituições no cotidiano e ao modo como essas instituições são, ao mesmo tempo, produzidas e transformadas por práticas sociais. Esse engendramento ocorre em contextos históricos e sociais atravessados por vetores econômicos, culturais e políticos, manifestando-se em esferas macro e micropolíticas. Trata-se de compreender como as instituições se

atualizam continuamente por meio de processos instituintes que produzem efeitos singulares nas formas de subjetivação.

Nessa perspectiva, analisamos as implicações nos processos formativos e na docência, orientando-nos por uma atenção cartográfica aos currículos praticados no cotidiano. Consideramos a multiplicidade das expressões de gênero e sexualidade e colocamos em análise os referenciais de um pensamento heteronormativo, ao qual se associa um sujeito epistêmico universal – do qual derivam saberes psi que normalizam a diferença, gerando desigualdades.

Propomos compreender as transversalidades de gênero e sexualidade em suas dissidências, articulando-as às concepções de antidisciplina e táticas praticantes em Certeau (1998). Acompanhando Nilda Alves (2015), compreendemos as práticas curriculares como redes de conhecimento abertas aos processos formativos, em um movimento que chamamos de “tessitura de conhecimentos em redes” (p. 185), em que nossos saberes se entrelaçam aos de outros, possibilitando a criação de novos conhecimentos, sentidos e práticas. Essa concepção de uma rede de práticas e táticas articuladas no cotidiano desloca o binarismo que situaria movimentos transversais ou de transversalização como o oposto de um espaço-tempo disciplinar.

Nesse campo, interessam-nos os tensionamentos e as articulações, as alianças e as rupturas mobilizadas nos agenciamentos das práticas curriculares e dos ativismos na formação em psicologia. Essa rede permite vazamentos e gera interferências nos modos disciplinares, produzindo porosidades nos desenhos curriculares e na perspectiva de sua terminalidade. Tais aberturas e interferências, que se manifestam não apenas por conexões, mas também por cisões, atritos, afastamentos e rompimentos, inserem os ativismos como intercessores nas práticas curriculares por meio de um movimento de transversalização que profana o dispositivo disciplinar.

Contribuições críticas para a formação em Psicologia

Se a formação em Psicologia constitui um território de disputas e invenções, é preciso pensar também nas contribuições críticas que têm emergido desses processos e que propõem deslocamentos nas práticas pedagógicas, nos currículos e nos modos de produzir subjetividade no campo psi. As análises realizadas ao longo deste artigo evidenciam que as resistências de

gênero e sexualidade, expressas nos modos de vida dissidentes em formação, não apenas tensionam a normatividade vigente, mas também oferecem pistas éticas, estéticas e políticas para repensar o que se ensina, como se ensina e com quem se constrói conhecimento. Essa tarefa exige reconhecer os efeitos históricos da cisheteronormatividade, do racismo e do capacitismo na constituição do saber psicológico e afirmar a necessidade de uma formação comprometida com os direitos humanos, com a justiça social e com a reinvenção permanente da Psicologia como campo plural e situado.

Desse modo, na direção apontada, gostaríamos de destacar a concepção de currículo como redes de conversações que criam novas formas de comunidade expansiva, o que implica assumir a ideia de “potência de ação coletiva”, ou seja, da capacidade de indivíduos e grupos se relacionarem para produzirem e trocarem conhecimentos, gerando, então, o agenciamento de formas-forças comunitárias

... nas coletividades locais, bem como no interior de redes cooperativas de todo tipo, ou seja, debater os “possíveis” do currículo a partir dos conhecimentos, linguagens, afetos e afecções que estão em circulação nas práticas discursivas, em redes de conversações no cotidiano escolar (Ferraço & Carvalho, 2012, pp. 4-5).

Trata-se de considerar essas articulações e fissuras curriculares, que não se restringem ao *espaço-tempo* de aula, mas aos processos formativos que perpassam ativismos sociais e práticas docentes, nas políticas educacionais negociadas e tensionadas nos cotidianos. Considera-se que as vias da disciplinarização e dos especialismos, ao manterem as sexualidades e as questões de gênero, entre outros campos das lutas minorizadas, enquanto objetos de alguns domínios acadêmicos, restringem sua transversalidade como vivências “extra-acadêmicas”, subalternizadas pela égide do “senso comum” ao qual associam-se os saberes engendrados nos ativismos e movimentos sociais dessas lutas e pautas.

Dessa forma, afirmamos as práticas e processos educacionais junto aos ativismos minoritários como um exercício de contra-hegemonia do pensamento por seus efeitos profanatórios da disciplinaridade. Operam como contradispositivo (Alvim, 2012), em seus movimentos de destituição de uma autoridade

acadêmica hegemônica, na administração e na apropriação do conhecimento, gerando interferências nos modos normalizadores de formação que atravessam a produção de subjetividades. Nesse sentido, a docência aqui se afirma como *ethos* que também pode atuar junto a essas interferências nas políticas educacionais, de modo que não se circunscreve às práticas relativas a ementas e conteúdos disciplinarizados, como se estivessem situadas as práticas docentes somente em protocolos formativos.

Em continuidade à perspectiva de que o currículo se constitui como território em disputa, aberto à invenção e à emergência de práticas contra-hegemônicas, interessa-nos agora acompanhar as “maneiras de fazer” que escapam aos procedimentos disciplinares e seus mecanismos de dominação, vigilância totalizante e normalização. Nesse percurso, buscamos inspiração em Michel de Certeau (1998) e sua noção de “rede de uma antidisciplina” (p. 42), composta por modos de agir dispersos, táticos e de bricolagem, que se articulam cotidianamente como práticas de resistência. Atentamos, assim, para os efeitos produzidos por usuárias e usuários ou praticantes quando “se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (Certeau, 1998, p. 41).

Embora Certeau (1998) não proponha uma definição precisa para o termo “antidisciplina”, ele se dedica a analisar os processos de inconformidade que se manifestam como “atividade de formigas”, movimentos que participam dos procedimentos disciplinares não como oposição externa, mas por meio de “inúmeras e infinitesimais metamorfoses” que subvertem o jogo, inventam novas regras e perseguem interesses próprios. Tais práticas não visam destruir a ordem disciplinar, mas profaná-la – utilizá-la com outros fins, deslocando seus sentidos e operando por dentro das brechas.

No diálogo com Certeau (1998), compreendemos que os ativismos se situam entre as marginalidades e a chamada “cultura popular”, campos de saber que fizeram eclodir interrogações sobre as práticas cotidianas. O autor propõe que essas práticas não sejam marcadas negativamente como “contracultura”, um rótulo que tende a localizar a diferença nos grupos que a assumem como bandeira, mas que sejam reconhecidas em sua potência criadora por reconfigurarem o espaço do comum e das práticas formativas.

Por esse caminho, articula-se a proposição de Certeau com a profanação dos dispositivos, entre eles

o disciplinar, conforme afirma Agamben (2005). A profanação tem o sentido de devolver à comunidade humana aquilo que foi subtraído ao uso comum pela sacralização. Compreendemos que é este o movimento em que usuários ou praticantes dos currículos fazem, dos ativismos, táticas formativas que retiram as disciplinas do seu templo – essa ordem do discurso que estabelece regimes de verdade como instrumentos de dominação por meio da objetivação de tudo aquilo que escapa ao desenho do que se define como regular.

Encontramos nessa concepção de praticantes, em Certeau (1998), um caminho metodológico para acompanhar processos formativos. Ao mesmo tempo, compreendemos que essa é uma proposta para pensar a formação em Psicologia também a partir de seus cotidianos, usos e práticas, não apenas na graduação ou em formações continuadas que poderíamos mapear nos espaços ou áreas de atuação profissional. Propomos que esses movimentos praticantes da Psicologia se constituem entre saberes-fazeres (Ferraço, Soares, & Alves, 2018) que não se limitam por fronteiras entre teoria e prática, pelas quais a formação teria início, meio e fim preestabelecidos, seja na graduação, seja em espaços-tempos formativos posteriores, em um percurso profissional.

As práticas docentes e as políticas acadêmicas, assim como os ativismos minoritários de gênero e sexualidades, a participação discente, movimentos estudantis e outros movimentos sociais na universidade constituem o dispositivo que é a formação acadêmica, tanto em seus vetores disciplinares quanto nos fluxos que os transversalizam. Isto é, tanto na segmentaridade das áreas de produção do conhecimento, entre essas, a psicologia e suas concepções de desenvolvimento humano, normalização dos sujeitos e patologização dos “desvios”, quanto nas práticas que se atualizam em constante movimento, ganhando e perdendo formas, conformando subjetividades e disparando modos de subjetivação nos espaços e relações formativas, bem como na própria tarefa educacional.

Portanto, ao reconhecer que toda afirmação teórico-metodológica emerge de um plano ético-estético-político inerente à produção de saberes, apostamos na construção coletiva do conhecimento. Trata-se de afirmar processos formativos que promovam coalizões dissidentes e façam operar outros modos de saber-poder – não pela simples assimilação dos ativismos e coletivos como se fossem conteúdos

“extra-acadêmicos”, mas como potências que reconfiguram a própria ideia de currículo e formação.

O Conselho Federal de Psicologia e a tensão entre normatividade e dissidências: 50 anos de trajetória

Ao longo de cinco décadas, o CFP tem sido atravessado pelas contradições entre os movimentos de resistência e a permanência de estruturas normativas que historicamente marcaram a profissão. Acompanhando e testemunhando a crescente articulação dos ativismos LGBTQIAPN+ e das lutas interseccionais por raça, etnia, classe, deficiência e geração, o CFP se vê interpelado por vozes que reivindicam modos plurais de existência e de exercício profissional. Esses movimentos, ao reivindicar diariamente outras formas de existir a partir da singularidade de cada vida e população, acompanham insatisfações e demandam respostas não apenas na sociedade civil, nas organizações sociais e instituições com as quais se vinculam. Tampouco se restringem às ruas ou redes sociais. Tensionam diretamente as práticas formativas e a ética profissional, exigindo da Psicologia respostas que reconheçam a violência epistêmica de seu passado e as disputas presentes sobre o que pode ser dito, vivido e legitimado nesse campo, como modos que são de afirmar ou de invisibilizar formas de estar no mundo. O desafio que se coloca, então, é o de enfrentar a herança da patologização como um problema estrutural – ainda operante – que compromete a produção de práticas comprometidas com os direitos humanos, a justiça cognitiva e a afirmação das dissidências como parte legítima da experiência humana.

É desse lugar de resistência e inconformismo com as aparências da vida social normalizada por um pensamento hegemônico sobre as subjetividades que dissidentes dos sistemas de privilégios, interseccionados com as marcas das desigualdades, seguem tecendo problemas complexos sobre as formas que sistemas normativos se apresentam como ideais a serem seguidos. Desconfiados do controle que os sistemas de opressão exercem sobre seus corpos, desafiam os saberes tradicionais da psicologia, deslocando-os em curto-circuito, como questionamento interno sobre a quem e ao que servimos em nossa prática profissional.

Essa pressão tem sido significativa sobre o Sistema Conselhos de Psicologia, porque foi assim, tensionando as estruturas normativas e o apego aos currículos de dimensão única, que foram aparecendo

os corpos dissidentes no ingresso em cursos da graduação e da pós-graduação em Psicologia, provocando, com a presença autoral do lugar de quem produz conhecimento, as borras nos saberes que foram legitimados como propriedade dessa disciplina e prática profissional. As transformações no mundo não decorrem de instituições intocáveis, que estariam acima do bem e do mal. Portanto, é desse lugar resistente, dos corpos marcados pelas forças que transversalizam essas instituições como vetores de rupturas, dessas intersecções à linha da normalidade e de seus sistemas de opressão, que traçamos os percursos que desafiam as instituições como posições absolutas.

Assim também se desafiam os Conselhos de Psicologia em sua função normatizadora. Ao refutarem a posição de objetos do conhecimento, esses corpos dissidentes-resistentes convocam os saberes psi ao colocarem em questão normatividades de gênero e sexualidade que historicamente subjetivam/curricularizam o tecido social como se fosse uma massa homogênea própria a uma natureza humana única. Essas formas de naturalização dos papéis sociais de gênero e sexualidade arraigaram-se nas práticas psicológicas como dispositivos de normalização e atravessaram as políticas curriculares e os processos formativos com os quais somos enredados em práticas de afecções. Somos efeitos de poder!

O que nos traz até aqui, nessa escrita ombreada com as condições minoritárias, não é a benevolência dos que se arrogam no governo da população com suas políticas de tolerância, que mantêm intocáveis as relações de poder que estruturam as opressões, violências e desigualdades. O que nos mobiliza é a inconformidade diante das políticas de morte e das instituições que se apegam a formas de poder fascistas, fundamentalistas e neoconservadoras. Nossa capacidade de testemunhar e denunciar as opressões nos move. Diante dessas forças, testemunhais e comunitárias, o Conselho de Psicologia se posiciona, constituído por corpos dissidentes, ou seja, feito de gente que vivencia as opressões cotidianas, decorrentes de dispositivos de gênero, sexualidade, raça, classe e outras intersecções. Assim, o Conselho se situa por entre esses movimentos, de corpos em dissidência, que buscam compartilhar da utopia esperançosa por justiça social e cognitiva, junto à categoria e aos processos formativos que se produzem em diferentes redes de saberes. E é com esses que seguimos, afirmando nossa aposta em processos formativos que

nos permitem seguir pensando sobre o que temos feito de nós na encruzilhada da vida que não se apequena com os saberes e práticas instituídos.

Durante esses anos, o Sistema Conselhos de Psicologia vem consolidando normativas importantes no enfrentamento de práticas discriminatórias no campo psi, reconhecendo os impactos das desigualdades sociais e da diversidade dos modos de vida nos processos de subjetivação. Por outro lado, essa trajetória também revela tensões contínuas entre o acolhimento das dissidências de gênero e sexualidade e a manutenção de normatividades que ainda atravessam tanto a formação quanto a prática psicológica.

A psicologia brasileira carrega consigo uma relação histórica complexa com a patologização de identidades e experiências não normativas. A homossexualidade, por exemplo, figurou nos manuais diagnósticos até 1990, refletindo uma visão clínica influenciada por preconceitos sociais e culturais. Nesse sentido, a publicação da Resolução CFP nº 01/1999 representou um avanço na política institucional da psicologia brasileira. A despatologização das identidades trans ocorreu significativamente mais tarde, apenas em 2018, com a publicação da Resolução CFP nº 01/2018, um marco importante, mas tardio, no reconhecimento da autodeterminação de gênero. Mais recentemente, a publicação da Resolução CFP nº 08/2020, que orienta o enfrentamento da violência contra mulheres, trouxe ao debate a lógica de violência estrutural contra os corpos das mulheres, evidenciando a necessidade urgente de práticas e formações comprometidas com a superação dessas questões.

Essas normativas representam não apenas um movimento de rompimento com a tradição histórica da psicologia como ferramenta de medicalização, controle social e violências de corpos dissidentes, como também reafirmam o compromisso ético da psicologia com os direitos humanos. Aqui, entendemos que corpos integram espaços políticos e sociais onde se travam disputas de poder, controle e resistência. Não são meramente biológicos, mas atravessados por normas, valores e estruturas históricas que definem quais são legítimos. Butler (2003) argumenta que os corpos não existem fora de uma matriz normativa que regula os modos de ser, viver e existir, e é essa matriz que determina quais corpos são inteligíveis e reconhecíveis socialmente. Preciado (2014) reforça essa perspectiva ao compreender os corpos como produtos somatopolíticos, atravessados por

tecnologias de gênero, sexualidade e saber médico, funcionando como arquivos vivos das normas sociais. Já Foucault (1979) aponta que as práticas discursivas da medicina e da psicologia historicamente contribuíram para transformar os corpos em alvos de dispositivos de poder, inserindo-os em estratégias de controle que definem o que deve ser normalizado, corrigido ou excluído. Ou seja, a imposição da normatividade está intrinsecamente ligada a relações de poder patriarcais, racistas, capacitistas e LGBTQIAPN+fóbicas, que impõem padrões rígidos e excludentes, de modo que corpos de mulheres, pessoas trans, travestis e homossexuais são historicamente controlados e medicalizados, refletindo e reproduzindo a violência institucionalizada contra suas subjetividades e autonomias.

A implementação de normativas, como essas mencionadas, demonstra a força de um campo profissional que, tensionado por dentro e por fora, segue bancando o enfrentamento aos enormes desafios de sua aplicação na prática cotidiana da Psicologia. Há resistência da própria categoria profissional, o que indica que a superação da patologização não se faz apenas por decretos, mas exige revisões epistemológicas, políticas e profundas nos modos de formar e atuar em psicologia. A reação conservadora evidencia a fragilidade das conquistas institucionais diante das disputas ideológicas em torno dos corpos e das subjetividades e reforça a urgência de integrar epistemologias críticas nos currículos de formação e na produção de conhecimento (Mello, Ferreira, & Brito, 2020).

Nesse sentido, aprofundar o debate a partir de epistemologias críticas como a interseccionalidade é fundamental para compreender como diferentes marcadores sociais, como gênero, raça, classe e sexualidade, interagem e amplificam as vulnerabilidades e as violências vividas por corpos dissidentes, reconhecendo que enfrentam violências simbólicas, físicas e estruturais que transcendem a clínica e invadem o cotidiano. Para isso, é preciso que os processos formativos ultrapassem o ensino tradicional, incorporando epistemologias feministas, antimanicomiais e decoloniais, o que também implica revisitar práticas pedagógicas, problematizando a relação entre corpo, poder e subjetividade.

É essencial promover práticas pedagógicas inclusivas, que estimulem a escuta ativa, o diálogo e o autoquestionamento, para que futuramente profissionais possam refletir sobre seus próprios preconceitos e se posicionar eticamente diante da diversidade. Nessa

direção, a aproximação com movimentos sociais e comunitários também é incentivada, pois conecta a teoria à prática e ao ativismo, enriquecendo a formação e preparando para um enfrentamento efetivo das violências. Os estágios e supervisões devem privilegiar epistemologias que valorizem o acolhimento, a escuta sensível e o respeito à autonomia das pessoas atendidas, combatendo práticas violentas e medicalizantes.

Os processos formativos em psicologia precisam incorporar essas diretrizes normativas para garantir práticas éticas, sensíveis e transformadoras, que rompam com os padrões sociais que perpetuam a violência. Nesse sentido, é fundamental fortalecer a dimensão política da formação, favorecendo o desenvolvimento de profissionais mais conscientes de seus direitos e deveres e do papel político do Conselho de Psicologia na sociedade. A formação crítica, política e ética deve preparar profissionais para reconhecer e combater as múltiplas formas de violência e opressão, promovendo ambientes seguros e respeitosos, em que as subjetividades dissidentes sejam acolhidas e empoderadas, em consonância com os compromissos do CFP e os avanços conquistados ao longo desses 50 anos.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos percorrer as tramas que entrelaçam modos de vida dissidentes, processos formativos em Psicologia e as disputas em torno das normatividades que historicamente estruturam o campo psi. Apostamos na potência das epistemologias críticas e dos saberes situados como vetores para a reinvenção da formação e da prática profissional, em diálogo com a história e os desafios ético-políticos enfrentados pelo Conselho Federal de Psicologia ao longo de seus 50 anos.

Compreendemos que os corpos dissidentes, ao ocuparem os espaços de formação e produção de conhecimento, desafiam os currículos e as práticas formativas que reproduzem desigualdades, propondo outras formas de aprender, ensinar e existir. As tensões entre disciplinamento e invenção, entre patologização e cuidado, entre silenciamento e escuta colocam em cena a urgência de revisitar as bases epistemológicas da formação em Psicologia.

Nesse movimento, afirmamos que não se trata apenas de incluir a diversidade como conteúdo programático, mas de deslocar os marcos de referência que sustentam as práticas de exclusão e normalização. A formação em Psicologia precisa ser atravessada por práticas que acolham o conflito, o dissenso e a multiplicidade como constituintes do humano, deslocando o ideal de neutralidade que tantas vezes sustenta a reprodução das violências.

O compromisso com a ética, com os direitos humanos e com a justiça social exige que a Psicologia reconheça sua historicidade e responsabilidade diante dos sofrimentos que ajudou a produzir. Os modos de vida dissidentes, ao tensionarem os limites da normatividade hegemônica, não apenas denunciam as opressões, mas afirmam possibilidades de existência que escapam ao controle e à regulação, exigindo práticas formativas que acompanhem esses movimentos de invenção da vida.

Seguimos, assim, apostando em currículos que se abram às encruzilhadas do nosso tempo, capazes de escutar os corpos e suas histórias, de acolher a resistência como prática cotidiana e de cultivar um pensamento que se faça junto, em rede, em afetação. Que a formação em Psicologia se constitua como território de luta e de criação, onde se possa continuar perguntando, com e contra o instituído: o que temos feito de nós?

Referências


- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo?. (N. Valdati, Trad.). *Outra travessia*, (5), 9-16.
- Alves, N. (2015). *Praticantepensante de cotidianos*. Autêntica.
- Alvim, D. M. (2012). O que é um contradispositivo?. *Cadernos de Subjetividade*, (14), 78-85.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.
- Certeau, M. de. (1998). *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer* (E. F. Alves, Trad.). Vozes.
- Colling, L. (2015). *Que os outros sejam o normal: Tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. EDUFBA.
- Collins, P. H. (2022). *Bem mais que ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica* (B. Barros, & J. Oliveira, Trads.). Boitempo.

- Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Censo da Psicologia Brasileira*. 2 volumes.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Ferraço, C. E., & Carvalho, J. M. (2012). Currículo, cotidiano e conversações. *Revista e-curriculum*, 8(2).
- Ferraço, C. E., Soares, M. da C. S., & Alves, N. (2018). *Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação*. EdUERJ.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Graal.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Vozes.
- Louro, G. L. (2014). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista* (16a ed.). Vozes.
- Mello, L., Ferreira, A. M. A., & Brito, A. (2020). Psicologia, gênero e sexualidades: Disputas e resistências nas práticas profissionais. *Psicologia & Sociedade*, 32.
- Preciado, P. B. (2014). *Manifesto contrassexual*. N-1 edições.
- Rancière, J. (2023). *O mestre ignorante: Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Autêntica.
- Resolução CFP nº 01/1999, de 22 de março de 1999*. (1999, 22 de março). Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Conselho Federal de Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Resolução CFP nº 01/2018, de 29 de janeiro de 2018*. (2018, 29 de janeiro). Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Conselho Federal de Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/resolucao_cfp_01_2018.pdf
- Resolução CFP nº 08/2020, de 7 de julho de 2020*. (2020, 7 de julho). Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero. Conselho Federal de Psicologia. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-082020.pdf>
- Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023*. (2023, 11 de outubro). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Ministério da Educação. <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1314.pdf>
- Simonini, E., Rosado, A. da C. C., & Matos, A. A. de. (2021). Currículos em rede e processos de subjetivação. In C. E. Ferraço, D. Piontkovsky, & M. R. L. Gomes (Orgs.), *Currículos em redes, composições temáticas e movimentos de resistência com os cotidianos das escolas públicas* (Vol. 3, Tomo 1, pp. 99-108). CRV.

Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestra em Psicologia Institucional (UFES), Vitória – ES. Brasil. Assessora Técnica Territorial SENAD/Fiocruz-DF, Brasília – DF. Brasil.


E-mail: carolinafbroseiro@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6817-2296>

Alexsandro Rodrigues

Professor do Centro de Educação. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPSS/CE/UFES) e do Núcleo de Pesquisa em Sexualidades (NEPS/UFES), Vitória – ES. Brasil.


E-mail: alexsandro.rodrigues@ufes.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5998-4978>

Thiago Pereira Machado

Psicólogo, Mestre e Doutorando em Psicologia Institucional do Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPSS/CE/UFES), Vitória – ES. Brasil.


E-mail: thiagopmachadopsi@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6305-0169>

Tammy Andrade-Motta

Psicóloga Mestra e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES. Brasil.

E-mail: tammy.psi.am@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9742-4894>

Endereço para envio de correspondência:

Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro. Rua José Neves Cypreste, 1105, apto. 402, Jardim da Penha. CEP: 29060-300. Vitória – ES. Brasil.

Recebido 08/07/2025

Aceito 09/07/2025

Received 07/08/2025

Approved 07/09/2025

Recibido 08/07/2025

Aceptado 09/07/2025

Como citar: Roseiro, M. C. F. B., Rodrigues, A., Machado, T. P., & Andrade-Motta, T. (2025). Resistências de Gênero e Sexualidades na Psicologia: Modos de Vida Dissidentes em formação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298639>

How to cite: Roseiro, M. C. F. B., Rodrigues, A., Machado, T. P., & Andrade-Motta, T. (2025). Resistances of Gender and Sexualities in Psychology: Dissident Modes of Life in Formation. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298639>

Cómo citar: Roseiro, M. C. F. B., Rodrigues, A., Machado, T. P., & Andrade-Motta, T. (2025). Resistencias de Género y Sexualidades en la Psicología: Modos de Vida Disidentes en Formación. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298639>